

A Inovação da Sustentabilidade nos Bancos Brasileiros e Internacionais.

Carlos Eduardo Infante <infanteedu@hotmail.com>
Ingrid Labanca Cantanhede <ingridlabanca@gmail.com>
Fabricio Molica Mendonça <infanteedu@hotmail.com>
Rogério Valle <infanteedu@hotmail.com>

Resumo: O artigo teve por objetivo mostrar, por meio de um levantamento bibliográfico, a forma como os bancos estão introduzindo o conceito de sustentabilidade nos seus modelos de gestão. Hoje há um conjunto de exigências socioambientais aplicadas à concessão de empréstimos e financiamentos de grandes investimentos por parte do setor bancário. Dentro dessas exigências, destacam-se os Princípios do Equador que tem por finalidade reduzir riscos diretos, indiretos e de reputação dos bancos, que estão associados às práticas de empresas, não preocupadas com questões socioambientais, e que se relacionam com essas instituições. No entanto, é necessário que os Princípios do Equador sejam estendidos às demais operações de crédito e financiamento que, no conjunto, representam maior volume de recursos. Além disso, espera-se que os bancos, além de reduzir riscos, procurem seguir o exemplo do Banco de Triodos, perseguindo objetivos éticos, sociais e financeiros, tornando-se um exemplo de sustentabilidade nos negócios do setor financeiro.

Palavras chaves: Sustentabilidade; Princípios do Equador; risco ambiental; ISE; bancos

Sustainability Innovation in Brazilian and international banks.

ABSTRACT: The article aimed to show, through a literature survey, the way banks are introducing the concept of sustainability in their governance. Today there are a number of social and environmental requirements imposed on lending and financing of large investments by the banking sector. Within these requirements, we highlight the Equator Principles which aims to reduce risk direct, indirect and reputation of banks, which are associated with the practices of companies, not concerned with social and environmental issues, which relate to these institutions. However, it is necessary that the Equator Principles are extended to other loans and financing that, together, represent more resources. Moreover, it is expected that banks and reduce risks, try to follow the example of Triodos Bank, pursuing goals ethical, social and financial resources, becoming an example of sustainability in business in the financial sector.

Key words: Sustainability; Equator Principles; environmental risk; ISE; banks

1. Introdução

Durante muitos anos, o conceito de desenvolvimento foi interpretado como sinônimo de crescimento econômico e aumento de riqueza. A partir das conseqüências sociais, ambientais, ecológicas e geográficas desses modelos passou a ser necessária a adoção de um novo modelo que seja capaz de garantir a sustentabilidade dessa sociedade. Nesse aspecto, o conceito de sustentabilidade é introduzido aos modelos de desenvolvimento de modo que as

gerações atuais consigam satisfazer suas necessidades sem comprometer que as gerações futuras também satisfaçam as suas (BRUNTLAND, 1987).

A partir da introdução do conceito de sustentabilidade nos modelos de desenvolvimento houve maior pressão, por parte da sociedade civil, em cima de todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento da sociedade como empresas, governo, instituições de ensino e pesquisa, bancos, seguradoras e gestores de fundos. Algumas pressões acabam impactando no risco de viabilidade do negócio que afeta negativamente questões sociais e ambientais.

No caso dos bancos, além dos riscos diretos, relacionados com a poluição causada por eles, há também os chamados riscos indiretos e de reputação. Os riscos indiretos estão relacionados às práticas de empréstimos e financiamentos concedidos a empresas, visto que, ao relacionar com uma empresa que exerce práticas socioambientais nociva, acaba correndo o risco de comprometer o retorno do capital emprestado, caso haja alguma inviabilidade dos negócios da contratante do recurso financeiro (MATTAROZZI & TRUNKL, 2008). O risco de reputação está relacionado tanto com os impactos diretos quanto com os impactos indiretos, exercidos em cima da sociedade e do meio ambiente.

Percebe-se então que o grande desafio dos bancos, dentro do contexto da sustentabilidade, consiste em relacionar as atividades de fornecedoras de recursos do sistema financeiro com a sua capacidade de influir no desenvolvimento sustentável. Nesse aspecto, verifica-se a indispensável participação da abordagem financeira ambiental, com a finalidade de garantir um modelo ótimo de ética no negócio, visto que, o setor financeiro pode ser considerado indutor de práticas de sustentabilidade empresarial.

Hoje, existe uma consciência crescente do papel da análise socioambiental em todas as estratégias do setor financeiro, inclusive na prevenção de riscos e no aproveitamento de novas oportunidades de negócio. A concessão de financiamento a grandes projetos, tanto no Brasil quanto no exterior, por exemplo, está atrelada a um conjunto de exigências socioambientais, com destaque para os Princípios do Equador. Os princípios do Equador foram desenvolvidos por dez grandes bancos mundiais, com a finalidade de garantir, por meio de normas, a sustentabilidade, o equilíbrio ambiental, o impacto social e a prevenção de acidentes de percurso que possam causar embaraços no transcorrer dos empreendimentos. Outra iniciativa no sentido de alcançar a sustentabilidade foi tomada pelo Banco de Triodos, que busca conciliar objetivos éticos, sociais, ambientais e financeiros. Além disso, há uma preocupação mundial relacionada a criação de indicadores de avaliação de desempenho socioambiental de bancos e instituições financeiras.

Este artigo tem por finalidade mostrar, por meio de um levantamento bibliográfico, a forma como os bancos internacionais e brasileiros estão introduzindo o conceito de sustentabilidade nos seus modelos de gestão. Mais especificamente, pretende-se: a) mostrar como estão disseminando a cultura socioambiental no setor financeiro; b) identificar os principais indicadores usados para mensurar práticas sustentáveis dentro dos bancos, ressaltando o relatório GRI (*Global Reporting Initiative*); b) analisar os tipos de riscos associados às práticas dos bancos; c) contextualizar as influências dos Princípios do Equador sobre a rotina dos bancos e; d) analisar a prática de sustentabilidade, adotada pelo Banco de Triodos, na Holanda.

2. Contexto da Sustentabilidade no Setor Financeiro

O conceito de sustentabilidade busca criar um novo tipo de desenvolvimento que seja

capaz de manter o progresso humano em todo o planeta até um futuro longínquo, de modo que as gerações atuais satisfaçam suas necessidades sem comprometer a satisfação das necessidades futuras (BRUNTLAND, 1987). Tal condição altera radicalmente a tomada de decisões pelos agentes do desenvolvimento (governantes, empresários, trabalhadores, etc.) que, por décadas, usaram modelos baseados unicamente em critérios econômicos (SILVA, 2005; FURTADO, 1988). Esse novo modelo de decisão agrega as dimensões ecológicas, culturais e sociais e, mais ainda, consideram o efeito recíproco desses fatores (SACHS, 1993).

O avanço da sustentabilidade na indústria financeira envolve várias ações e etapas. Esse processo se inicia pela incorporação do conceito de sustentabilidade à missão e à estratégia de negócios das instituições. Tal preocupação iniciou no início dos anos de 1990 como uma tentativa de responder às pressões exercidas pelas organizações ambientalistas. Essas organizações perceberam a posição estratégica do setor financeiro como elemento para atingir os agentes responsáveis diretamente pelos impactos socioambientais. Em 1992, por exemplo, foi criado um fórum mundial de finanças no âmbito da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (*United Nations Environment Programme Finance Initiative_UNEP-FI*) voltado expressamente a entender as consequências das considerações sociais e ambientais nas atividades financeiras. Em 1999, a bolsa de Valores de Nova York lançou o Dow Jones Sustainability Index (DJSI), como o primeiro indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade em nível local, envolvendo critérios financeiros, sociais e ambientais. No ano de 2000, a Amigos da Terra- Amazônia Brasileira, organização não-governamental, lançou o projeto Eco-Finanças, iniciativa pioneira. Em junho de 2003, dez grandes bancos mundiais lançaram os Princípios do Equador e em 2005, foi criada no Brasil a Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis (CTFIN) do Conselho nacional Brasileiro para que as instituições financeiras assumam seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável. (MATTAROZZI & TRUNKL, 2008).

Ao longo dos últimos anos tem aumentado o número de iniciativas que visam à incorporação da sustentabilidade dos negócios no setor financeiro, que desempenha importante papel indutor na adoção de boas práticas socioambientais em toda a cadeia produtiva. No Brasil, por exemplo, no período entre 2005 a 2008, puderam ser registradas iniciativas consideráveis por parte dos principais bancos. Em 2005, o Banco Real ampliou sua linha de produtos com foco socioambiental. Em 2006, o banco HSBC lançou uma política específica para o setor de energia. Em 2007, o Bradesco lançou o programa denominado “o Banco do Planeta”, que se trata de uma área dedicada a centralizar e ampliar todos os seus projetos e iniciativas socioambientais. Em 2008, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social reeditaram o protocolo Verde, que vincula a concessão de crédito ao atendimento de critérios socioambientais (MATTAROZZI & TRUNKL, 2008).

Os critérios socioambientais das empresas geralmente são mensurados pelos bancos por meio da análise de indicadores de sustentabilidade empresarial (ISE).

2.1. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) busca criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimular a responsabilidade ética das corporações.

O ISE constitui ferramenta para análise comparativa da performance conjunta das empresas listadas na BOVESPA sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada na

eficiência econômica, no equilíbrio ambiental, na justiça e na governança corporativa (Figura 1).

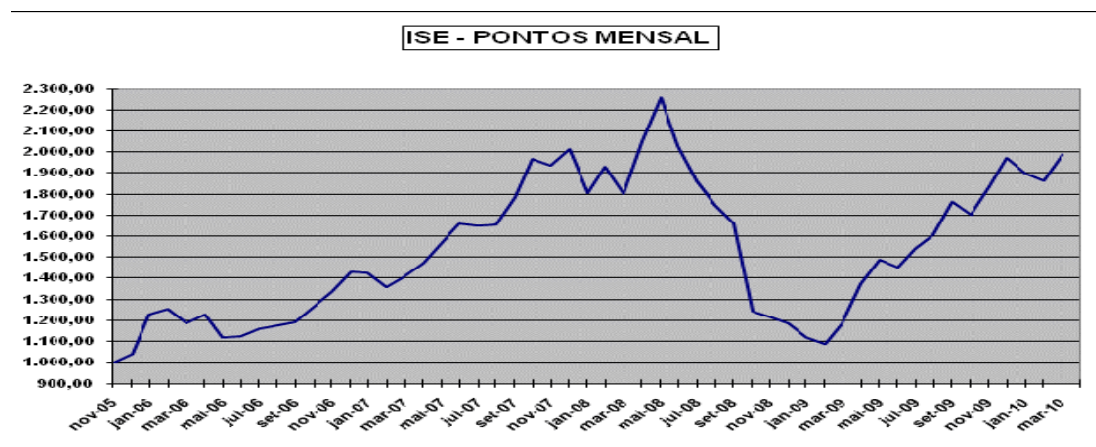


Figura 1 – Rentabilidade Mensal ISE

Fonte: BMFBovespa.com

A composição desse índice é uma ferramenta importante para ampliar o entendimento sobre empresas e grupos empresariais comprometidos com a sustentabilidade empresarial, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso, transparência, desempenho, dentre outros fatores relevantes para investidores com preocupações éticas.

Além disso, o índice serve como instrumento de avaliação dos próprios bancos, ou seja, é possível analisar até que ponto os bancos estão utilizando a análise dos índices para a concessão de empréstimos e financiamentos às empresas, e conseqüentemente, estão conseguindo atender aos princípios da sustentabilidade.

A forma de mensurar como os bancos tem atendido aos apelos da sustentabilidade pode ser feita por meio de relatórios de sustentabilidade, do tipo GRI (*Global Reporting Initiative*).

2.2. Impacto do Relatório de Sustentabilidade (GRI) nos principais Bancos brasileiros.

O Relatório de Sustentabilidade GRI (*Global Reporting Initiative*) tem a prática de medir e divulgar através de um relatório, os impactos socioambientais causados pelas atividades cotidianas de uma organização. O processo de relato é voluntário, e as organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade.

O GRI é uma ampla rede independente composta por milhares de indivíduos e organizações presentes em diversos países. No Brasil, alguns bancos têm utilizado desse relatório para tornarem públicas suas atividades socioambientais, exibindo suas principais fortalezas e debilidades no que tange o seu desempenho. O Quadro 1 expõe as declarações dos principais bancos, destacando a importância da sustentabilidade e do relatório GRI.

Banco Real	<p>Temos consciência de que nosso negócio é um agente fundamental de desenvolvimento econômico. Sabemos que temos um importante papel a desempenhar na construção de um mundo mais sustentável. Para atingir esse objetivo, temos lançado um novo olhar para as nossas atividades. Em todas as nossas decisões, buscamos o lucro como resultado de uma construção coletiva e que respeite a sociedade e o meio ambiente.</p>
-------------------	--

Bradesco	As ações de Responsabilidade Social fazem parte do conjunto de estratégias do Bradesco, expressam um compromisso de todos os seus colaboradores e atendem às modernas exigências de sustentabilidade corporativa. O Bradesco afere permanentemente a eficácia de suas práticas e o valor gerado para os públicos a que se destinam. Além disso, há uma preocupação constante em avaliar as novas demandas e buscar formas de atendê-las.
Banco do Brasil	O engajamento do Banco do Brasil com os princípios de responsabilidade socioambiental é parte de nossa tradição. Como um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do País, o Banco impulsiona a economia e o desenvolvimento dos municípios onde atua ao financiar a agricultura familiar, o agronegócio, o comércio exterior, as micro e pequenas empresas, entre outros.
Banco Itaú	Para o Itaú Unibanco, sustentabilidade é a manutenção dos negócios no curto, médio e longo prazos, para uma entrega perene de valor às partes interessadas. O Itaú Unibanco está construindo sua estrutura de governança de sustentabilidade a partir das experiências das instituições que lhe deram origem. Até o momento da associação, Itaú e Unibanco possuíam estratégias e visões de sustentabilidade similares, com ênfase na geração perene de valor, no compromisso com o desenvolvimento sustentável e no relacionamento transparente com os públicos envolvidos ou afetados por suas operações.

Quadro 1: Declaração dos bancos sobre a importância da Sustentabilidade em relatórios GRI

Fonte: Site dos respectivos bancos (2010)

3. Riscos Ambientais nas Instituições Financeiras

Atualmente, muitos países já possuem seus órgãos públicos para tratar dos problemas ambientais, alguns com *status* de ministério, como é o caso do Brasil e da maioria dos países da União Européia, outros como secretarias, conselhos e comissões (MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C., 2008).

Tendo em vista que no atual estágio do capitalismo, o sistema financeiro é um dos agentes de maior importância na determinação do desenvolvimento econômico, este não poderia caminhar à margem dos problemas ambientais. As instituições bancárias estão expostas a riscos que podem se traduzir em prejuízos relevantes, comprometer sua saúde financeira e, sua continuidade. Cada instituição faz sua própria classificação de acordo com seu porte e nicho de mercado ou, ainda, em função da melhor forma de gerenciar os riscos.

Para Molina (2003) sempre haverá risco ambiental se o rendimento real de um ativo ou de um investimento diferir do rendimento esperado por razões relacionadas a variáveis ambientais. Desse modo, os bancos dependem do retorno financeiro das empresas e, ainda, o risco ambiental das empresas afeta indiretamente o desempenho econômico dos bancos. Isso ocorre porque na medida em que o risco pode vir a comprometer o valor dos ativos financeiros das organizações, sua capacidade de honrar seus empréstimos, bem como sua própria reputação junto à sociedade.

Em virtude disso, hoje, os investidores individuais e institucionais estão solicitando aos órgãos de regulação que criem regras obrigando as empresas a divulgar relatórios ambientais padronizados, possibilitando aos investidores avaliar o risco ambiental. Isso mostra que os investidores pretendem agregar o risco ambiental ao custo do investimento. Empresas com maior passivo ambiental terão maior custo de captação.

De acordo com Tosini (2005), muitos estudos comprovam que o mercado de capitais responde tanto de forma positiva quanto negativa ao desempenho ambiental das empresas. Assim, o impacto do risco ambiental sobre o preço das ações ou títulos tem efeito sobre os resultados das instituições financeiras, uma vez que este pode provocar perdas ou ganhos.

3.1. O Risco Ambiental e os negócios do Banco

Todos os parceiros comerciais dos bancos produzem algum tipo de resíduo ou algum impacto no meio ambiente, uma vez que de uma forma ou de outra, utilizam recursos naturais. Conseqüentemente, os bancos produzem impacto ambiental indireto, sendo, portanto, considerados como poluidores, sujeitando-se aos riscos ambientais.

Com relação aos riscos ambientais, os bancos estão expostos a três tipos de riscos (MATTAROZZI & TRUNKL, 2008): a) **Risco direto** que são aqueles que os bancos respondem diretamente como poluidores; b) **Risco indireto** que esta associada ao risco ambiental que atinge a empresa com a qual o banco tem relacionamento; c) **Risco de reputação** que está relacionado com a pressão que o público em geral e dos organismos não-governamentais (ONGs) exerce sobre os bancos para que estes adotem políticas de financiamento e investimento ambientalmente corretas, sob pena de terem sua reputação prejudicada diante da sociedade.

Como forma de minimizar os riscos, os bancos têm buscado seguir os Princípios do Equador.

4. Princípios do Equador como medidas de Redução de Risco

Em junho de 2003, dez grandes bancos mundiais lançaram os Princípios do Equador (Quadro 2) que destinavam a implementar a avaliação dos riscos sociais e ambientais ao financiamento de projetos de valor acima de US\$ 50 milhões. Hoje, tais princípios tem por objetivo garantir a sustentabilidade, o equilíbrio ambiental, o impacto social e a prevenção de acidentes de percurso que possam causar embaraços no transcorrer dos empreendimentos, reduzindo também o risco de inadimplência.

Princípios	Descrição
1	O risco de um projeto é classificado de acordo com as diretrizes internas que se baseiam nos critérios de seleção ambiental e social da IFC.
2	Para todos os projetos, o solicitante deverá ter concluído uma avaliação ambiental, cuja preparação seja consistente com o resultado do processo de classificação e que satisfaça às questões ambientais e sociais mais importantes identificadas durante o processo de classificação.
3	No contexto da área de atuação do projeto, conforme for o caso, o relatório de avaliação ambiental deverá tratar de questões como: a) avaliação das condições ambientais e sociais básicas; b) exigências de acordo com as leis e regulamentações do país em questão, tratados e acordos internacionais aplicáveis; c) desenvolvimento sustentável e utilização de recursos naturais renováveis; d) proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis; e) utilização de substâncias perigosas.
4	Para todos os projetos, o solicitante ou especialista terceirizado deverá ter preparado um Plano de Gestão Ambiental que seja baseado nas conclusões da avaliação ambiental. O Plano de Gestão Ambiental deverá tratar de soluções, planos de ação, monitoramento, gerenciamento de riscos e cronogramas.

5	<p>Para todos os projetos é satisfatório que o solicitante ou especialista terceirizado tenha consultado, de forma estruturada e culturalmente adequada, os grupos afetados pelo projeto, incluindo povos nativos e ONGs locais. A avaliação ambiental, ou um resumo dela, deverá ter sido disponibilizada ao público por um período mínimo razoável, em idioma local e de forma culturalmente adequada. A avaliação ambiental e o Plano de Gestão Ambiental deverão considerar tais consultas. O solicitante terá assumido o compromisso de:</p> <p>a) cumprir o Plano de Gestão Ambiental na construção e operação do projeto</p> <p>b) fornecer relatórios regularmente, preparados por pessoal interno ou especialistas terceirizados, de acordo com o Plano de Gestão Ambiental e</p> <p>c) quando aplicável, desativar as instalações de acordo com um Plano de Desativação combinado.</p>
6	<p>O solicitante terá assumido o compromisso de:</p> <p>a) cumprir o Plano de Gestão Ambiental na construção e operação do projeto</p> <p>b) fornecer relatórios regularmente, preparados por pessoal interno ou especialistas terceirizados, de acordo com o Plano de Gestão Ambiental e</p> <p>c) quando aplicável, desativar as instalações de acordo com um Plano de Desativação combinado.</p>
7	<p>Conforme necessário, os financiadores deverão apontar um especialista ambiental independente para fornecer serviços adicionais de monitoramento e elaboração de relatórios.</p>
8	<p>Nas circunstâncias em que o solicitante não cumprir com os seus compromissos ambientais e sociais, de forma que haja quaisquer dívidas financeiras pendentes, comprometeremos o solicitante a empreender esforços para buscar soluções, a fim de que ele cumpra seu compromisso.</p>
9	<p>Estes princípios aplicam-se a projetos com um custo total de 50 milhões de dólares ou mais.</p>

Quadro 2: Descrição dos Princípios do Equador

Fonte: THE EQUATOR PRINCIPLES [www.equator-principles.com, acessado em 11 de Abril de 2010]

Os bancos que aderem a esses Princípios comprometem-se a classificar o risco socioambiental dos projetos financiados aplicando critérios para avaliar questões que envolvem direitos trabalhistas e de povos indígenas, conservação da biodiversidade, níveis de poluição, bem como realizando consultas às populações afetadas, entre outras práticas não menos importantes. No Brasil, os principais bancos que são signatários do Princípio do Equador são: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Bradesco, Banco Itaú e Unibanco.

Cabe ressaltar que, os Princípios do Equador não devem ser aplicados apenas às atividades de *Project finance*, que tem uma participação pequena em relação ao total das operações financeiras, é necessário que os bancos desenvolvam políticas socioambientais de crédito e as aplique a um número maior de operações (MATTAROZZI & TRUNKL, 2008).

Outro ponto falho e que merece destaque é que, mesmo adotando os Princípios do Equador, isso não evita que sejam feitos empréstimos e financiamentos para empresas com alto risco socioambiental. Para corrigir essa falha é necessário que os bancos adotem uma postura mais ética, considerando não apenas o risco como também o interesse das pessoas, do meio ambiente e da economia, como é o caso do Banco Triodos.

5. A Prática da sustentabilidade no setor financeiro: O Banco Triodos.

Muitas organizações financeiras, além de possuir critérios de avaliação de riscos socioambientais em suas políticas de crédito, buscam aprimorar a gestão do risco por meio de políticas específicas para setores com maior potencial de impactos socioambientais. Dentre elas destacam-se os fabricantes de produção florestal, de petróleo e gás e de construção de barragens (MATTAROZZI & TRUNKL, 2008). O Banco Triodos é uma dessas organizações. O Banco, desde a sua criação na Holanda, em 1980, tem perseguido objetivos éticos, sociais e financeiros levando em consideração os interesses das pessoas, do meio ambiente e da

economia, sendo considerado, portanto, como um exemplo de sustentabilidade nos negócios no setor financeiro.

O Banco busca atingir sua missão como banco sustentável de três maneiras que se inter-relacionam:

1. Oferecendo produtos e serviços com foco em sustentabilidade;
2. Oferecendo produtos inovadores;
3. Formando opinião.

Com cerca de 350 colaboradores distribuídos por suas filiais na Holanda (1980), Bélgica (1993), Grã-bretanha (1995) e Espanha (2004) e em seu escritório na Alemanha (2005), o Banco Triodos foi eleito o banco mais sustentável de 2008 (FINANCIAL TIMES, 2008). As ações do Banco Triodos estão de acordo com os compromissos da Declaração de Colleviechio que delinea a responsabilidade e o papel que o setor financeiro tem em promover a sustentabilidade, como pode ser visto no Quadro 3.

Ações do banco Triodos	Declaração de Colleviechio
1. Estimula e ativamente contribui para as comunidades e a sociedade onde atua sejam sustentáveis	1. Compromisso com a Sustentabilidade
2. Oferecer aos clientes produtos financeiros com foco em sustentabilidade e serviços de alta qualidade	2. Redefinir a missão
3. Possui política ambiental que é usada em todas as políticas do banco	3. Compromisso "de não provocar dano"
4. Possui um mecanismo formal de ouvidoria para responder queixas de seus clientes	4. Introduzir mecanismos formais de monitoramento socioambiental de clientes
5. Busca assegurar que todos os produtos e serviços financeiros que oferece não abusem dos direitos civis, políticos, sociais e econômicos	5. Assegurar práticas justas e inclusivas de financiamento no varejo
6. Monitora e divulga ampla, justa, criteriosa e apropriadamente seu desempenho social, ambiental e financeiro, em base anual e em conformidade com toda legislação e padrões aplicáveis	6. Compromisso com a transparência
7. Estabelece metas e objetivos, monitorando o seu desempenho ambiental	7. Relatório anual de sustentabilidade

Quadro 3: Relação entre os Compromissos da Declaração de Colleviechio e as ações do Banco Triodos.

Fonte: MATTAROZZI & TRUNKL (2008).

Segundo o último relatório anual do banco, “Dinheiro é uma das forças que está por trás do que nós fazemos. Para nós, utilizá-los conscientemente significa investir em uma economia sustentável, contribuindo para criar uma sociedade que usufrui uma melhor qualidade de vida.”

6. Considerações Finais

As instituições financeiras, no contexto atual, exercem um papel relevante na canalização dos fluxos de capitais, criando mercados financeiros e influenciando políticas de combate aos danos ao meio ambiente, aos direitos humanos e a equidade social.

A partir da década de 1990, a regulação do setor financeiro, as legislações ambientais nacionais e supra-nacionais associadas à consciência da sociedade com relação aos problemas ambientais, fizeram com que as duas áreas – meio ambiente e setor financeiro – se interrelacionassem.

A necessidade de internalização dos custos ambientais pelas empresas fez com que o risco ambiental se tornasse risco financeiro não apenas para os usuários dos recursos naturais, mas para seus parceiros financeiros – as instituições bancárias.

Nesse sentido, a adoção dos Princípios do Equador tornou-se, sem dúvida, um bom começo no sentido de adotar sistema de gerenciamento de risco ambiental em um banco.

Como atores principais da economia global, as instituições financeiras deveriam aceitar um compromisso com a sustentabilidade que refletisse as melhores práticas do movimento de responsabilidade social empresarial e, ao mesmo tempo, reconhecer a necessidade da criação de regulamentos que contribuam com o avanço do setor financeiro privado em direção à sustentabilidade, como é o caso do Banco de Triodos que, desde a sua criação, tem perseguido objetivos éticos, sociais e financeiros, tornando-se um exemplo de sustentabilidade nos negócios no setor financeiro.

7. Referências Bibliográficas

AMALRIC, F. *The Equator Principles: a step towards sustainability?* Zurich: CCRS 2005. (Working Paper Series - Working Paper n. 01/05). Disponível em: <<http://www.ccrs.unizh.ch>>. Acesso em: 27 mar 2010.

BANCO ABN REAL. Disponível em <www.bancoreal.com.br>. Acesso em: 15 mai 2010.

BANCO BRADESCO. Disponível em <www.bradesco.com.br>. Acesso em: 15 mai 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *50 maiores bancos e o consolidado do sistema financeiro nacional*. (Database: dez. 2009). Brasília: BCB, 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/TOP50/port/Top502005120P.asp>>. Acesso em: 20 abr 2010.

BANCO DO BRASIL. Disponível em <www.bb.com.br>. Acesso em: 15 mai 2010.

BANCO ITAÚ. Disponível em <www.itau.com.br>. Acesso em: 15 mai 2010.

BANCO TRIODOS. Disponível em <www.triodos.com>. Acesso em: 05 abr 2010.

BRUNTLAND, G. (ed.), *Our common future: The World Commission on Environment and Development*, Oxford, Oxford University Press, 1987.

DOW JONES. Dow Jones Sustainability Indexes. 2009. Disponível em: <<http://www.sustainability-indexes.com>>. Acesso em: 10 mar 2010.

DIAS, M.A.; MACHADO, E. L. Princípios do Equador: *Sustentabilidade e Impactos na conduta ambiental dos bancos signatários brasileiros*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2007.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. *Relatório social 2008*. São Paulo: Febraban, 2006. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br>>. Acesso em: 11 abr 2010.

FINANCIAL TIMES. *Os Bancos mais sustentáveis de 2008*. Disponível em: <www.ft.com>. Acesso em: 11 abr 2010.

FURTADO, C. Desenvolvimento. In: *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

IBOVESPA. *Índice de Sustentabilidade Empresarial*. Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br>. Acesso em: 10 abr 2010.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. *Sustainability snapshot. The year's highlights and challenges*. Washington: IFC, 2007. Disponível em: <<http://www.ifc.org>>. Acesso em: 10 abr 2010.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. *Sustainable finance in Brazil*. Washington: IFC, 2008a. Disponível em: <<http://www.ifcln1.ifc.org>>. Acesso em: 10 abr 2010.

JORION, P. (1997). *Value at Risk. The New Benchmark for Controlling Market Risk*. Chicago: McGraw-Hill Companies, Inc.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C.. *Sustentabilidade no setor financeiro – Gerando valor e novos negócios*. SENAC. 2008.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C.. *Sustentabilidade dos Negócios no setor financeiro – Um caso prático*. Annablume. 2007.

MOLINA, M. L. R. (2 0 0 3) . *Análisis de riesgos ambientales em los proyectos de préstamos e inversión* . Disponível em: <http://www.incae.ac.cr/ES/clacds/investigacion/articulos/cen773.shtml>, acesso em: 10 mar 2010.

NUSDEO, F. *Desenvolvimento e ecologia*. São Paulo: Saraiva 1995.

SACHS, I. *Estratégia de transição para o século XXI*. In: BURZTYN, Marcel (org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1993. 161p.

THE EQUATOR PRINCIPLES. *Informações gerais sobre os Princípios do Equador*. Disponível em: <http://www.equator-principles.com>>. Acesso em: 11 abr 2010.

TOSINI, M. F. C. *Risco ambiental para as instituições financeiras bancárias*. Campinas: Unicamp, 2005.